Diversidade em Movimento:

O FEMINISMO DAS MULHERES ORGANIZADAS NA 5ª CNPM

Carmen Silva*
Lara Buitron**
Maria Betânia Ávila***

Depois de quase uma década e muitas lutas pela democracia, eis que se realiza a 5ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), neste início de outubro de 2025, em Brasília. Na última CNPM, as mulheres foram às ruas para defender a primeira presidenta mulher eleita, à época vítima de um golpe parlamentar midiático e misógino. Quase 10 anos depois fomos novamente às ruas, desta vez para lutar contra a anistia para os golpistas e em defesa dos direitos para todas as mulheres, a serem realizados através das políticas públicas com o devido orçamento que as viabilize. Que elementos deste momento ganham relevância e podem impactar na vida cotidiana das mulheres? Eis a questão que anima a nossa reflexão feminista sobre o processo conferencial.

No escopo deste artigo, priorizamos apenas algumas poucas questões, mas não podemos nos furtar a uma breve síntese das propostas aprovadas em plenário, e que vão dar corpo à plataforma e ao plano nacional de políticas para mulheres, que mais diretamente dialogam com a precarização

*CARMEN SILVA É EDUCADORA DO SOS CORPO, DOUTORA EM SOCIOLOGIA, MILITANTE FEMINISTA DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO E DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS.

**LARA BUITRON É COMUNICADORA DO SOS CORPO, BACHAREL EM CINEMA E AUDIOVISUAL PELA UFPE E EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UFRPE., MILITANTE DO FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO E DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS.

***MARIA BETÂNIA ÁVILA É PESQUISADORA E UMA DAS FUNDADORAS DO SOS CORPO, DOUTORA EM SOCIOLOGIA E MILITANTE FEMINISTA DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB) E ARTICULAÇÃO FEMINISTA MARCOSUL (AFM).

da vida. Foi muito relevante as proposições aprovadas no campo do trabalho, com destaque para o fim da escala 6 x 1 e para o reconhecimento do trabalho doméstico, com várias propostas para o plano nacional de cuidado que possam reduzir a sobrecarga sobre as mulheres da responsabilização social com estas tarefas e ainda a prioridade para mulheres vítimas de violência no sistema nacional de emprego.

Também se destaca a proposta de paridade entre mulheres e homens na representação política nas casas legislativas; o reconhecimento do impacto diferenciado das mudanças climáticas e políticas de mitigação adequadas a isso; o enfrentamento à violência com ênfase maior na redução do feminicídio mas também indicando a necessidade de prevenção; propostas de fortalecimento do SUS e da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM); a retomada do debate sobre gênero e sexualidade na educação, em todos os níveis; e, com grande relevância, a Conferência aprovou a legalização do aborto como um direito a ser realizado no sistema público de saúde.

Os elementos destacados falam sobre a importância do retorno da política pública de participação social, na qual se incluem as Conferências, neste governo Lula 3. Todavia, eles nos exigem um olhar acurado para outros aspectos que podem dialogar com a qualificação desta política. O processo conferencial de 2025 introduziu com força as Conferências Livres, que puderam ser realizadas por quaisquer organizações e movimentos sociais que se dispusessem a isso, e com a garantia da escolha de representantes (antigas delegadas) para participação na Conferência Nacional. É verdade que problemas de organização e recursos dificultaram que esse direito fosse vivenciado por todas as eleitas, todavia, isso não diminui a força desta medida na democratização do processo de participação, dotando-o de um caráter ainda mais popular e representativo.

A representatividade foi um ponto forte desta CNPM. Olhando de frente para o plenário era impossível não ver a força das mulheres negras, o que demonstra que o enfrentamento ao racismo é uma questão já instituída como uma demanda central das políticas para mulheres. Além disso, comparativamente com as conferências anteriores, nesta, ficou demarcada a presença numericamente relevante de mulheres com deficiência, indígenas, trans e travestis. Pode-se observar também distintos sujeitos coletivos, entre os quais o movimento sindical mas não só, aportando como representação da classe trabalhadora, com destaque para as pescadoras, costureiras, trabalhadoras rurais etc, e, muitos dos quais, se autodeclararam como feministas.

Embora a possibilidade de falas no plenário da Conferência tenham sido bastante reduzidas pela metodologia adotada, estas demandas se impuseram de várias formas. Todas as distintas identidades de mulheres conseguiram expressar suas dores, suas interdições e apresentaram suas proposições em cada eixo debatido. Foi um desaguar de um rico processo construído desde o debate local, municipal e estadual, passando indubitavelmente, pela articulação de mais de mil Conferência Livres, realizadas pelos mais distintos segmentos organizados, com capilaridade suficiente para trazer essa miríade de expressões para o plano nacional. Do nosso ponto de vista a tradição feminista de ouvir as mulheres contribuiu, historicamente, para que chegássemos a este momento.

As falas da sociedade civil na mesa de abertura também são expressões dessa multiplicidade de identidades, mas com um elemento adicional: os movimentos foram representados, neste momento, a partir de suas ações coletivas nas ruas. Falaram as marchas, das margaridas, das mulheres negras, da visibilidade trans, das mulheres indígenas e das lésbicas e bissexuais. Ao tomar esse formato, o ato da Conferência reconhece a luta de rua como imprescindível na construção democrática, dando visibilidade e voz à diversidade de mulheres que se movimentam coletivamente. Nesta conjuntura que estamos atravessando, que exige de nós ampliar a luta democrática contra o fascismo, essa decisão ganha um valor simbólico ainda maior.

A grande conquista do feminismo é a auto-organização das mulheres e sua instituição como sujeito político. A demanda das mais distintas identidades de mulheres, mulheridades (como foi falado lá), de emitirem suas vozes na Conferência, reivindicarem o reconhecimento de sua presença, é algo que tem também um forte simbolismo neste processo. Ele só é possível porque o movimento feminista, desde seus grupos de reflexão ou autoconsciência originários, é o espaço de escuta das vozes das mulheres, considerando suas diferenças e desigualdades. Todavia, isso nos coloca a exigência de ir além. O feminismo é um projeto político de transformação do mundo que se constrói a partir das mulheres, em sua diversidade, mas isso nos exige ir além das demandas pontuais e incidir sobre a organização social da vida que se funda no sistema patriarcal, capitalista e racista.

A Conferência Nacional foi prestigiada pela presença do presidente da República e por representantes de diversos ministérios. Todas as Ministras foram convidadas para uma mesa que seria sobre políticas para mulheres. Precisamos, entretanto, entender a diferença entre Ministérios chefiados por mulheres e políticas públicas para mulheres. Sem dúvida, a presença da maioria das Ministras na Conferencia fala do avanço da luta feminista por mulheres ocuparem lugares de poder, mas as políticas para mulheres, em sua integralidade e interseccionalidade, precisam ser realizadas pelo conjunto dos Ministérios, em especial os com maior

poder e orçamento. Desta feita, o valor da representatividade não deveria obscurecer a ausência de orçamento e políticas que, a partir de distintos lugares de realização, efetivem os direitos na vida das mulheres. Afinal as mulheres são metade da população, todas as políticas públicas são importantes, as mulheres também precisam de política de trabalho, comunicação, saúde, pesca, agricultura etc.

Neste momento em que o planeta está em risco e novas formas de trabalho e sociabilidade desumanizantes se impõem, o feminismo é uma força política que se insurge contra os fundamentalismos religiosos e o fascismo que atacam a democracia. O projeto feminista é radicalmente democrático, na sua forma de organização, nas lutas que sustenta e nos seus objetivos mais longínquos. Nesta perspectiva, o reconhecimento das distintas identidades no processo de conferência é importante, mas exige uma metodologia de construção coletiva capaz de alavancar nossos interesses em comum, para transformação do estado de coisas que vivemos. Oxalá possamos, movimentos e governo, com a possível mediação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, sentarmos juntas para uma avaliação profunda desta experiência, e elaborar coletivamente, a partir dela, contribuições para a política de participação social.

SOS CORPO

Instituto Feminista
para a Democracia

EXPEDIENTE: ARTIGO DE CARMEN SILVA, LARA BUITRON EMARIA BETÂNIA ÁVILA | DIAGRAMAÇÃO: LARA BUITRON